

MORADIA E AUTONOMIA

Soluções contemporâneas e sustentáveis de moradias para pessoas idosas.

Programas paulistas, modelos de outros estados e o horizonte da autogestão em moradias compartilhadas.



AUTORES • LONGEVIVER

Rubens de Almeida
Tuca Munhoz

A proposta de oferecer moradias compartilhadas — pensadas e construídas especialmente para populações de pessoas idosas e PCDs — nasce da observação de que não há, até agora no Brasil, um modelo adequado para a habitação de pessoas autônomas com necessidades diferenciadas.

Até hoje, as sociedades constituíram espaços de moradias coletivizadas com foco na **assistência integral** dessas populações — em ILPIs (Instituições de Longa Permanência de Idosos) ou instituições específicas para pessoas com deficiências severas, onde o que menos se observa são oportunidades para dotar seus moradores de algum nível de autonomia.

Experiências recentes no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, há **experiências recentes** em oferecer soluções coletivas diferenciadas que apontam o caminho para as moradias compartilhadas. O primeiro deles é o **Programa Vida Longa**, que provê casas seguras com acompanhamento social, gerido por uma O.S. (Organização Social privada contratada pela prefeitura) como já vem ocorrendo com alguns equipamentos de saúde do município.

Outro modelo é a **Vila de Idosos do Pari**, em São Paulo: um conjunto habitacional em ambiente fechado, projetado pelo escritório de arquitetura Vigliecca e Associados há pouco mais de 10 anos, com espaços comuns e colaborativos, em ambiente de segurança semelhante a um condomínio. Há dificuldades na seleção dos candidatos a moradores, mas a iniciativa conta com espaços de participação de movimentos populares que questionam os critérios até então adotados.

O Estado também criou o **Vila Dignidade**, um programa do SDHU (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação) a partir de 2009. Hoje são 18 empreendimentos, totalizando 356 unidades ofertadas. Há também as **“Repúblicas de Idosos”** — casas que acolhem cidadãos solitários e com idade avançada, também gerenciadas por O.S., cuja ideia inicial era respeitar suas autonomias individuais, mas que na prática enfrenta alguns desafios.

PROGRAMAS PAULISTAS EM OPERAÇÃO

- Programa Vida Longa
- Vila de Idosos do Pari
- Vila Dignidade (18 empreendimentos)
- Repúblicas de Idosos
- Palacete dos Artistas

Duas observações críticas

Sobre essas experiências, há **pelo menos duas observações críticas** importantes sobre a organização das soluções, que ainda limitam caracterizá-las como soluções efetivamente compartilhadas. A primeira diz respeito à **escala dos empreendimentos, sua localização e modelo de governança**. Ao caracterizá-las como “vilas de idosos”, expõem um tipo de segregação espacial e conceitual que, embora provavelmente não seja intencional, determina o isolamento dessas populações — como se elas não pudessem fazer parte do contexto urbano de todos e devessem ser isolados do convívio transgeracional.

A segunda observação crítica diz respeito exatamente à **possibilidade de serem propostas soluções em que a governança não seja de terceiros, mas da própria comunidade**. Em sua formulação, as vilas paulistas incorporam o conceito de uma governança “contratada” junto a OSs responsáveis pelos espaços oferecidos, que trazem vícios assistenciais anacrônicos com as novas necessidades de autonomia e independência das populações atendidas. Mas já começam a surgir experiências de autogestão em espaços privados destinados a formação de comunidades — neste caso não exclusivas para pessoas idosas — onde a administração do espaço e dos serviços será realizada pelos próprios moradores, como um condomínio comum. Grupos sociais começam a reivindicar soluções semelhantes, que apenas contem com uma “tutela” do Estado (ou mesmo de uma Organização Social) em função dos investimentos sociais envolvidos, mas sem interferências nas decisões comunitárias.

Modelos em outros estados

Modelos e tentativas semelhantes vêm sendo implementados em outros estados brasileiros, especialmente no **Paraná**, no programa Viver Mais Paraná — “que oferece a construção de condomínios residenciais fechados, onde os beneficiários podem desfrutar de um local adequado às suas necessidades e anseios”. Participam do processo de seleção pessoas sozinhas ou casais com idades superiores a 60 anos, que não possuam imóvel em sua propriedade, com renda mensal de até seis salários-mínimos e estejam aptas, após análise socioeconômica.

O Estado da **Paraíba** também se destaca com o **Condomínio Cidade Madura** — um programa pioneiro do governo estadual. Ele oferece condomínios horizontais fechados e exclusivos para pessoas idosas, focados em garantir moradia digna, autonomia e qualidade de vida.

Novos parâmetros para as moradias compartilhadas

Os movimentos públicos e algumas iniciativas privadas demonstram que esse tipo de solução **veio para ficar** e precisa consolidar na prática processos e orientações que respondam aos anseios de seus futuros moradores. Moradias Compartilhadas poderiam, por exemplo, ser constituídas a partir de regras básicas de organização, mas com **liberdade para adaptações na gestão** mais

próximas das realidades do conjunto daqueles participantes — como a fixação dos limites de subsídios a serem considerados no cálculo do aluguel social, uma iniciativa comum na Espanha.

Outra liberalidade a ser conquistada poderia ser a **definição dos critérios de contratação de serviços a pagamento (pay-per-use)**, sua periodicidade e especificidades — além da possibilidade de cada participante manter seus eventuais suportes individuais, caso as suas famílias também participem das soluções.

Ou seja, há uma série de **inovações a serem consideradas** que podem ser inspiradas em modelos e soluções já adotadas por outros países e sociedades, e que mereceriam ser catalogadas e oferecidas como alternativas no momento da constituição dos parâmetros de cada núcleo. Em São Paulo, embora tenha partido da iniciativa de um grupo social específico, o **Palacete dos Artistas** é um exemplo a ser estudado: embora administrado pela prefeitura municipal de São Paulo, os apartamentos são individuais e algumas decisões são tomadas pelos próprios moradores, de forma solidária.

O mais importante é que sejam deixados de lado **vícios de considerar que essas populações necessitam de segregação ou espaços de isolamento**.

Pelo contrário — as moradias compartilhadas precisam ser pensadas como integrantes de uma nova realidade social e absolutamente orgânicas com o ritmo de funcionamento das cidades onde serão implantadas, sempre considerando a possibilidade e os benefícios de uma ocupação transgeracional.

Integração com o espaço urbano

Por isso, é preciso considerar que o **espaço da rua e do convívio**, bem como a mobilidade das pessoas — ainda que com maiores dificuldades de locomoção — precisam ser integradas ao desenvolvimento ou reformulações urbanas.

PRIORIDADES URBANAS PARA UMA CIDADE DO CUIDADO

- Calçadas mais largas
- Travessias em nível
- Sinalização adequada a pedestres
- Bancos, bebedouros e coletores de lixo
- Menos faixas de rolamento para veículos
- Prioridade para pedestres
- Redução drástica da velocidade dos veículos
- Iluminação ao nível das pessoas
- Faixas de segurança que reduzam risco
- Espaços para plantas ornamentais e ervas comestíveis

É preciso **innovar e ousar** — para alcançar os objetivos da super recente **Política Nacional de Cuidados**, em sintonia com o desejo de realmente transformar as cidades amigas em cidades do cuidado com as pessoas idosas, PCDs e, por consequência, muito mais agradáveis e acessíveis para todos.

Sobre esta publicação. Este artigo integra a série de conteúdos da Plataforma Longeviver — uma iniciativa de organização de dados e conhecimento sobre envelhecimento populacional no Brasil. Realização: Com Conhecimento de Causa Consultoria, Construnet Tecnologia, Linker Consultoria, Infosight Serviços. Apoio: Itaú Viver Mais.